

Editorial

A *Revista Confluências Culturais*, vinculada ao Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade (MPCS) da Universidade da Região de Joinville (Univille), publica sua edição do volume 5, número 2. A proposta temática Teias de Memórias Patrimoniais é apresentada numa edição especial, configurada em três seções: a primeira é constituída por trabalhos recebidos para o dossiê; a segunda, por trabalhos selecionados nos simpósios temáticos do III Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural (Enipac), realizado no *Campus* Joinville da Univille, nos dias 22 e 23 de setembro de 2016; e a terceira seção é composta por palestras proferidas por professores convidados para o III Enipac.

Nosso interesse é reunir e divulgar a discussão sobre a temática do patrimônio cultural em uma perspectiva interdisciplinar, enfocando a questão da ética e da inovação. Os artigos desta edição foram escritos por pesquisadores/autores de diferentes instituições de ensino superior – graduação e pós-graduação – das mais diversas regiões do país.

Os três primeiros artigos compõem o dossiê temático denominado Teias de Memórias Patrimoniais. O artigo “A pesca artesanal na Baía Sul da Ilha de Santa Catarina: um patrimônio da cultura local”, de Ricardo Pinho, apresenta, com base na memória e no depoimento de velhos pescadores, elementos constituintes do complexo sistema de saberes e práticas dos pescadores artesanais que atuam na Baía Sul da Ilha de Santa Catarina. O artigo seguinte, sob o título “Entre bombardeios noticiados e fofocas impressas: euforia e práticas na imprensa escrita de Joinville – SC (1910-1960)”, de Christiane Heloisa Kalb, propõe uma discussão interdisciplinar sobre experiências vividas e acontecimentos ocorridos na cidade de Joinville, com base em jornais impressos, tomando como pano de fundo o edifício do Cine Palácio, antigo Theatro Nicodemus, tombado em 2003, e o seu entorno desde a sua inauguração em 1917 até meados da década de 1960, período inicial das políticas públicas de preservação na cidade. Com o título “Interpretação do patrimônio histórico-cultural pela terceira idade da Universidade Estadual de Ponta Grossa: significância e ressignificação por meio da memória”, Simone Aparecida Pinheiro de Almeida e Rita de Cássia da Silva Oliveira registram relatos sobre a memória dos patrimônios culturais edificados da cidade de Ponta Grossa (PR), formada historicamente pelo ciclo econômico cultural do tropeirismo. Este trabalho deu voz aos egressos da Universidade Aberta para a Terceira Idade da Universidade Estadual de Ponta Grossa em 2015, utilizando a história oral como método de construção dessas memórias.

A segunda seção divulga trabalhos apresentados no VII Simpósio Temático do III Enipac. O primeiro texto, intitulado “Interdisciplinaridade entre História e Arqueologia: diálogos entre cultura material guarani e relatos de viajantes no século XVI em Santa Catarina”, de Dione da Rocha Bandeira, Vitor Marilone Cidral da Costa do Amaral e Roberta Barros Meira, busca estabelecer um diálogo entre a Arqueologia e a História utilizando fontes documentais, como os relatos de Hans Staden (1549) e Álvar Núñez Cabeza de Vaca (1541), ao mesmo tempo em que recorre a informações sobre a presença de grupos guaranis por meio de vestígios arqueológicos, como as cerâmicas, objetivando mostrar o conhecimento indígena de rotas terrestres que ligavam o Atlântico até o Oeste. Mariana Rocha dos Santos e Luana de Carvalho Gusso, no artigo “O desconhecimento cultural: fator de exclusão da cultura cigana”, discutem o preconceito histórico vivenciado pelo povo cigano e o reconhecimento de sua cultura como patrimônio a ser preservado. O terceiro texto dessa seção, intitulado “Novos horizontes – análise do grupo ‘Caxambu do Horizonte’, na perspectiva da memória e pertencimento do patrimônio imaterial brasileiro”, escrito por Jacyara Conceição Rosa Mardgan, visa perscrutar a tradição cultural do caxambu como patrimônio imaterial brasileiro, com base na análise do grupo Caxambu do Horizonte, do município de Alegre (ES), integrado à região do Alto Caparaó. Alanna Fernandes Duarte e Mariluci Neis Carelli, no artigo “Lugares do cultivo de arroz como paisagem cultural: diálogos para um estudo dos arrozais na cidade de Joinville (SC)”, dirigem suas reflexões para a perspectiva de estudos do patrimônio, ou seja, os lugares dedicados ao cultivo do arroz são compreendidos como “paisagens culturais”, que envolvem diferenciados saberes e práticas do cotidiano de inúmeras comunidades. Já Marília Garcia Boldorini e Roberta Barros Meira, no artigo “O gênero biografia e a paisagem cultural: construções do patrimônio cultural”, pretendem verificar a importância da literatura, por meio do gênero textual biografia, para a construção de representações do patrimônio cultural de determinado grupo social com foco na paisagem cultural. O texto escrito por Valdinei Ramos Gandra, “Patrimônio histórico-cultural das Assembleias de Deus: uma análise do conceito de ‘presentismo’ (François Hartog)”, trata das

recentes iniciativas das Assembleias de Deus em preservar parte de seu patrimônio histórico-cultural, particularmente criando o Centro de Estudos do Movimento Pentecostal (CEMP), juntamente com o Memorial Gunnar Vingren, ambos na sede da Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD), e o Museu Nacional da Assembleia de Deus em Belém (PA), cidade onde se iniciou a instituição religiosa em 1911. Em “Usina São João: história, memória e patrimônio no ensino de História”, André Pinto Ferreira sintetiza a dissertação homônima, composta de dois volumes: o primeiro, um texto de acompanhamento com subsídios teóricos e didáticos; e o segundo, uma oficina sobre a Usina São João, localizada no município de Campos dos Goytacazes, interior do estado do Rio de Janeiro. A proposta está dirigida para a discussão do patrimônio não apenas dentro de uma historicidade local, mas relacionando-o ao desenvolvimento municipal, estadual e nacional. A proposta do artigo de Fernanda Mara Borba, “Usos do passado e apropriações patrimoniais em territórios quilombolas de Santa Catarina”, é colocar em pauta recentes discussões acerca do conceito de patrimônio e das outras formas de “patrimonializar”. Os indivíduos dessas comunidades passaram a ser alvo das ações patrimoniais entendidas como prioritárias, e para esses procedimentos se acionam, além da sociedade civil, agentes do Estado, como a Fundação Cultural Palmares, o Incra e o IPHAN, vinculados ao Ministério da Cultura e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Já o artigo “Museus, espaços de memórias e coleções: diálogos e interfaces”, de Giane Maria de Souza, foca o debate sobre a criação de museus e espaços de memória como campos de disputas e de interesses, com base em coleções ou memórias constituídas por grupos ou indivíduos em Joinville, nordeste de Santa Catarina. A segunda seção encerra-se com o artigo “O Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado e as representações sobre a Guerra do Contestado”, de Letíssia Crestani e Sandra P. L. de Camargo Guedes, que objetivam identificar as representações da Guerra do Contestado no Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado. Mediante a análise de cada nicho expográfico e de estudos sobre a museologia, especialmente a construção dos processos museográficos e curatoriais, busca-se verificar quais representações sobre tal guerra estão presentes no museu e como a cultura material e as memórias difíceis do conflito são expostas ao público.

A terceira seção é constituída por três artigos escritos por professores convidados, que versam sobre aspectos da interdisciplinaridade em patrimônio cultural, eixo temático estruturador do III Enipac. O primeiro texto, “Patrimônio, memória e intencionalidade”, de Lucas Graeff (antropólogo, doutor em Etnologia e Sociologia Comparada pela Universidade de Paris 5/Sorbonne, professor do programa de pós-graduação em Memória Social e Bens Culturais da Unilasalle), revisa e amplia uma palestra proferida durante o III Enipac em 22 de setembro. O artigo discute as relações entre memória e patrimônio por meio de uma abordagem fenomenológica da memória. Como hipótese de trabalho, propõe-se que os bens patrimoniais não portam significações *per se*, dependendo da intencionalidade dos agentes do campo patrimonial. Essa hipótese procura limitar a tendência de projetar funções psíquicas em coisas – no caso, os patrimônios culturais. O segundo e o terceiro artigos da seção advêm de pronunciamentos da mesa-redonda denominada “Patrimônio cultural e sustentabilidade”, que ocorreu no dia 23 de setembro, composta pelo Prof. Dr. Gilmar Arruda (UEL) e pela Profa. Dra. Silvia Helena Zanirato (USP). O artigo “Da sustentabilidade ou insustentabilidade da natureza do patrimônio natural”, escrito por Gilmar Arruda, dialoga com o texto “Patrimônio e sustentabilidade”, de autoria de Silvia Zanirato, nos quais se questiona a relação entre o patrimônio cultural e a sustentabilidade, com base na noção de “inflação do patrimônio” e de história ambiental. Indaga-se ainda sobre as possibilidades de relações entre patrimônio cultural e sustentabilidade e se o patrimônio natural seria sustentável numa “sociedade de risco”.

Desejamos a todos uma boa leitura.

Mariluci Neis Carelli
Coordenadora do III Enipac

Taiza Mara Rauen Moraes
Editora chefe da Revista Confluências Culturais